

Mudanças ■ Projetos são votados a toque de caixa

Senado aprova pacote de segurança

ROOSEWELL PINHEIRO/ABR

Mariana Santos

■ BRASÍLIA A resposta veio em menos tempo do que as 48 horas cravadas pelo senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Casa, na terça-feira passada. Ontem, a toque de caixa, a CCJ aprovou em caráter terminativo 11 projetos de lei que tratam de mudanças no sistema de segurança pública. A medida foi uma resposta do senadores à onda de violência, comandada pelos chefes do crime organizado, que estão apavorando São Paulo desde a sexta-feira passada. Algumas propostas caducavam na comissão. O projeto que aumenta os prazos prespcionais, por exemplo, estava pronto para votação desde abril de 2004.

Aprovados em caráter terminativo, os projetos seguem para a Câmara. A pronta resposta do Senado poderá esbarrar na Câmara, cujo presidente, deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP), tem afirmado que "não é a aprovação de novas leis" que evitarão episódios sangrentos como o registrado em São Paulo na última semana.

Além disso, a Câmara está atuando em outra frente. Designados por Aldo, os deputados Luiz Eduardo Greñalgh (PT-SP) e Alberto Fraga (PFL-DF), fizeram uma triagem nos projetos relacionados à segurança que tramitam na Casa — muitos deles semelhantes aos



Deputado Demóstenes Torres acusou advogados de lobby

aprovados no Senado — e sugeriram a votação de alguns. Rebelo pediu aos presidentes de comissões que dêem prioridade a estes projetos.

Senadores governistas preparam-se para entrar com recurso para obrigar o encaminhamento do projeto, o que cria o regime penitenciário de segurança máxima para o plenário da Casa. O regime prevê aumento no tempo de isolamento dos presos — cujo limite fica estabelecido em 720 dias — obriga o uso de bloqueadores de celular, reforça o serviço de inteligência nos presídios e permite a detenção do condenado em unidade da federação diferente da de sua origem. O projeto é mais rígido com tempo dos ba-

nhos de sol e visitas

— Com isso o governo vai ganhar tempo para trabalhar na Câmara, para derrubar. O lobby dos advogados é muito forte — acusa o senador Demóstenes Torres (PFL-GO), relator do pacote de projetos. Das dez propostas colocadas em votação e aprovadas quatro eram de autoria de Demóstenes.

A votação foi concluída em poucos minutos. A pedido do PT, foram retiradas do pacote de uma proposta de emenda constitucional que estabelecia fatias determinadas do orçamento para a segurança pública, e um projeto de lei que proíbe limitação de empenhos referentes à segurança.